

CORREIO NORTE

Dinei Souza / COMUS-Belém



Monumento temporário marca o início do Círio

Belém inaugura imagem 3D de N. Sra. de Nazaré

Uma imagem tridimensional de Nossa Senhora de Nazaré foi instalada no Portal da Amazônia, bairro do Jurunas, em Belém (PA).

O monumento temporário, com 33 metros de altura e 11,60 metros de largura, foi aceso às 19h, coincidindo com a apresentação do manto da santa na Basílica Santuário de Belém, marcando o início da programação do Círio.

A instalação no Portal da Amazônia ocorre devido às obras no Reduto. Além

disso, a cidade recebeu iluminação especial para o Círio de Nazaré, incluindo 6.754 enfeites de LED em árvores e postes. O objetivo é reforçar o clima festivo e religioso que toma conta da cidade durante o evento.

Outras três imagens 3D da santa foram instaladas na Praça Santuário, na orla de Icoaraci e na rotatória do Aeroporto Internacional de Belém, pontos de grande circulação de devotos e turistas que visitam a capital paraense durante as festividades.

Refrigeração

O Bloco F do Hospital Geral de Roraima (HGR) enfrenta problemas de refrigeração há dois anos, forçando pacientes a levar ventiladores de casa. A Secretaria de Saúde (Sesau-RR) admite a situação, mas oferece soluções temporárias. O Conselho Estadual de Saúde deve investigar a gestão da secretária Cecília Lorezon.

Prisão

O Ministério Público de Rondônia (MP-RO) prendeu preventivamente um homem suspeito de tentar obstruir uma investigação contra uma promotora afastada em abril, ligada a um esquema de tráfico de drogas. A operação, realizada em 10 de outubro, também cumpriu dois mandados de busca e apreensão.

Círio

A Casa de Plácido, no estacionamento da Basílica Santuário de Nazaré em Belém (PA), ofereceu suporte aos peregrinos do Círio 2024. Com atendimento médico, enfermagem e estrutura com refeitório e ambulatório, os atendimentos ocorreram de 9 a 12 de outubro e retornarão em 15 de outubro.

Alinhamento

Partidos aliados do deputado estadual Júnior Geo (PSDB-TO) decidiram se reunir com Eduardo Siqueira Campos (Podemos), candidato a prefeito de Palmas (TO). A prefeita Cinthia Ribeiro (PSDB) destacou que a conversa visa entender como o projeto de Eduardo se alinha ao grupo, sem se unir à extrema direita.

Golpes

A Secretaria da Fazenda (Sefaz) e o Detran Tocantins alertam sobre golpes relacionados ao pagamento do IPVA 2024, cujo prazo termina em 15 de outubro. Os proprietários devem imprimir o Documento de Arrecadação (Dare) apenas pelo site oficial da Sefaz/TO.

Prorrogação

O governador do Amapá, Clécio Luís (Solidariedade), anunciou a prorrogação por dois anos dos concursos públicos da Polícia Militar (PM) e Corpo de Bombeiros Militar (CBM), realizados em 2022. Com a nova validade até 10/2026, mais aprovados poderão ser convocados.

Editais

O governo do Acre, por meio da Fundação de Cultura Elias Mansour (FEM), divulgou a lista dos concursos públicos nos editais do Fundo Estadual de Cultura, com R\$ 2,4 milhões disponíveis. Os selecionados devem enviar a documentação de habilitação até 18 de outubro.

J&F assume Amazonas Energia em meio a disputa

Acordo firmado tem base em medida que perdeu a validade

Amazonas Energia/Divulgação

O grupo J&F, por meio da Âmbar Energia, oficializou a transferência de controle da Amazonas Energia na quinta-feira (11). O acordo foi assinado no último dia de vigência de uma medida provisória (MP) que flexibilizava custos da distribuidora e tornava o negócio mais atraente para a empresa.

A MP, publicada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), permitia que certos custos operacionais fossem repassados à Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), financiada pelos consumidores. Sem a deliberação do Congresso, a medida perdeu a validade, o que gerou pressão para a assinatura do contrato.

A transação foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com base em uma decisão judicial que determinou a efetivação do negócio. A Âmbar havia expressado insegurança jurídica na quarta-feira (9), após o presidente da Aneel, Sandoval Feitosa, afirmar que o acordo poderia ser anulado caso a ordem judicial fosse revertida.

No início de outubro, a Aneel aprovou um plano de transferência com custos meno-



A questão continua em discussão e novas decisões judiciais podem influenciar o contrato

res aos consumidores, estipulados em R\$ 8 bilhões. Contudo, a Âmbar se recusou a aceitar esses termos, afirmando que as condições tornariam o negócio pouco vantajoso.

Uma decisão judicial posterior, emitida pela juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, ordenou que a Aneel aprovasse o plano original de venda, que prevê um repasse de R\$ 14 bilhões às contas de luz, aumentando os custos aos consumidores.

O despacho da Aneel foi publicado "sub judice", ou seja, está sujeito à anulação caso a decisão judicial seja revertida. O processo segue em andamento na Justiça, e o futuro da distribuidora e das termelétricas adquiridas pela Âmbar está em aberto.

A MP também permitiu a transferência de contratos de seis usinas termelétricas da categoria de "compra e venda de energia" para "reserva de

energia". Essas usinas, serão custeadas integralmente pelos consumidores da região Norte. A mudança visa reduzir a sobrecontratação de energia pela distribuidora e diminuir o risco de inadimplência, especialmente em áreas com alta incidência de furtos de energia, como o Amazonas.

Com a MP perdendo a validade, a Âmbar teve que acelerar a conclusão do negócio para garantir os benefícios.

Yuri Pinheiro/Prefeitura de Parintins

Vereador flagrado com ouro é solto

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) concedeu liberdade ao vereador e presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, Genilson Costa (Republicanos), na quinta-feira (10). Ele havia sido preso no domingo de eleição (6) pela Polícia Federal (PF) com R\$ 26 mil em espécie, uma arma e uma quantia em ouro. A defesa de Genilson solicitou o habeas corpus, que foi aceito por quatro votos a dois no TRE. O vereador estava sendo investigado por suspeita de compra de votos ou "boca de urna". O vereador foi preso após ser reeleito como o terceiro mais bem votado.

Durante a sessão, a juíza relatora do caso, Joana Sarmiento de Matos, pediu a manutenção da prisão preventiva, decisão originalmente decretada pelo juiz de primeira instância, Angelo Augusto Graça Mendes. O voto de Joana foi acompanhado pelo juiz eleitoral Marcus Gil Barbosa

Dias. No entanto, a maioria optou pela liberação de Genilson. Votaram a favor da liberdade a desembargadora Tânia Vasconcelos e os juízes Cláudio Belmino, Renato Albuquerque e Victor Oliveira de Queiroz. O procurador eleitoral Alisson Marugal também recomendou o habeas corpus.

Com a decisão, Genilson foi solto após quatro dias detido na Penitenciária Agrícola de Monte de Cristo. Ele foi preso após a PF realizar buscas em sua residência, onde encontrou parte dos R\$ 26 mil, além de listas rasgadas com nomes de possíveis eleitores e 1,7 gramas de ouro em estado bruto, que foi avaliado em cerca de R\$ 797, considerado relevante devido à suspeita de ligação com o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. Segundo a PF, denúncias indicaram que eleitores teriam recebido R\$ 100 e materiais de campanha relacionados ao vereador.



Orla de Parintins já desmoronou devido à erosão, em 2020

AM: terceiro porto no mês a oferecer riscos

Moradores do município de Parintins (AM) estão apreensivos com a possibilidade de um deslizamento de terra no porto da cidade. O receio é de que aconteça um desabamento semelhante ao ocorrido em Manacapuru em 7/10.

Com a seca severa que atinge a região, os rios estão com níveis extremamente baixos e começaram a surgir rachaduras no solo do porto, o que reforça as preocupações da população.

Além disso, na quinta-feira

(10), a Defesa Civil do estado recomendou a interdição de outro porto, agora em Autazes (AM), após a constatação de uma falha geológica no local.

O porto de Parintins, por onde circulam diariamente profissionais de embarcações e passageiros, registra um grande movimento, o que aumenta o risco de uma tragédia. Proprietários de barcos afirmam que estão com poucas opções para mudar as embarcações, pois a navegação está comprometida.

ACRE

Novo posto reforça vigilância do Rio Juruá

O governo do Acre instalou um posto de réguas em Rodrigues Alves para intensificar o monitoramento do Rio Juruá. A ação, realizada nos dias 8 e 9 de outubro pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e o Corpo de Bombeiros, busca criar uma série histórica de dados fluviométricos.

O coordenador estadual da Defesa Civil, coronel Carlos Batista, destacou que o objetivo é gerar alertas sobre desastres naturais, especialmente com a crescente ameaça de inundações e secas extremas devido às mudanças climáticas, garantindo a segurança da população local.

AMAPÁ

Senador critica nova unidade de conservação

O senador Lucas Barreto (PSD/AP) utilizou a tribuna para denunciar a criação de uma nova unidade de conservação entre os estados do Amapá e Piauí, que, segundo ele, inviabiliza a prospecção de petróleo e gás na região.

Barreto ressaltou que a área, localizada na Margem Equatorial, possui potencial para bilhões de barris de petróleo. Ele acusou a ONG Instituto de Estudos Avançados e o Centro de Biologia Marinha, com o apoio da ministra Marina Silva e agências federais do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, de coordenar esforços que comprometem a exploração de recursos naturais na costa amapaense.

AMAZONAS

Encontrada a última vítima da tragédia em Manacapuru

O corpo de Letícia Correia Queiroz, de 6 anos, foi encontrado no Rio Solimões na quinta-feira (10), após ela ter desaparecido em um deslizamento de terra no porto da Terra Preta, em Manacapuru, Amazonas, na última segunda-feira (7). A confirmação foi feita pela Polícia Civil do Amazonas (PC-AM). O deslizamento também resultou na morte de um homem de 36 anos e deixou pelo menos 10 feridos. Familiares reconheceram o corpo no necrotério do cemitério São Francisco Xavier. As buscas, realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBMAM) com apoio da Marinha do Brasil, culminaram na localização do corpo próximo ao local do acidente.

PARÁ

Estado poderá se tornar um pólo de exportações

O Governo do Estado do Pará formalizou o processo administrativo para a criação da primeira Zona de Processamento e Exportação (ZPE) do Norte do Brasil, que será instalada em Barcarena, próximo à Belém. A iniciativa busca consolidar o Pará como um polo de exportação e promover o desenvolvimento econômico sustentável, com um investimento inicial de R\$ 1,3 milhão e uma dotação orçamentária de R\$ 12,2 milhões para 2024 e 2025. A criação da ZPE foi discutida em Brasília, resultando na assinatura do governador Helder Barbalho (MDB). O novo projeto substitui uma iniciativa de 30 anos atrás e atende às exigências do Novo Marco Regulatório das ZPEs.